

O processo de reorganização do movimento quilombola no Baixo Amazonas, Pará

Bandeira, Felipe de Lima ¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender o processo de reorganização política e os marcadores da identidade negra no Baixo Amazonas, Pará, no período recente. A análise centra-se na discussão regional e discute de maneira mais concreta os processos que ocorreram no município de Santarém. Com isto, pretende-se compreender como as comunidades rurais negras do Baixo Amazonas, ignoradas por muito tempo por determinada perspectiva historiográfica e invisibilidades perante à sociedade local, se tornaram comunidades pioneiras e foram a linha de frente na luta pela garantia de direitos territoriais dos quilombos contemporâneos no Brasil.

Palavras-chave: movimento quilombola; Baixo Amazonas; Santarém; Pará.

The reorganization process of the quilombola movement in Low Amazonas, Pará

ABSTRACT

The aim of this article is to understand the process of political reorganization and the markers of black identity in the Lower Amazon, Pará, in the recent period. The analysis focuses on the regional discussion and discusses in a more concrete way the processes that occurred in the municipality of Santarém. With this, it is intended to understand how the rural black communities of the Lower Amazon, ignored for a long time by a certain historiographical perspective and invisibilities before the local society, became pioneer communities and were the front line in the struggle to guarantee the territorial rights of the contemporaries quilombos in Brazil.

Keywords: quilombola movement; Low Amazonas; Santarém; Pará.

El proceso de reorganización del movimiento quilombola en el Bajo Amazonas, Pará

RESUMEN

¹ Universidade Federal do Oeste do Pará. Professor substituto na Universidade Federal do Oeste do Pará. Email: felipebandeirastm@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8990415396918035>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9857-2554>.

El objetivo de este artículo es comprender el proceso de reorganización política y los marcadores de la identidad negra en el Bajo Amazonas, Pará, en el período reciente. El análisis se enfoca en la discusión regional y discute de manera más concreta los procesos que ocurrieron en el municipio de Santarém. Con esto, se pretende comprender cómo las comunidades negras rurales de la Baja Amazonía, ignoradas durante mucho tiempo por cierta perspectiva historiográfica e invisibilidades ante la sociedad local, se convirtieron en comunidades pioneras y fueron la primera línea en la lucha por garantizar los derechos territoriales de los quilombos contemporáneos en Brasil.

Palabras clave: movimiento quilombola; Bajo Amazonas; Santarém; Pará.

INTRODUÇÃO

O processo de reorganização do movimento quilombola da região do Baixo Amazonas, Pará, e particularmente em Santarém, é um dos mais complexos e dinâmicos processos sociais da Amazônia brasileira contemporânea.

Esse processo não deixou de ser visto com espanto por muitos sujeitos que haviam decretado a extinção dos povos quilombolas. As vozes mais eloquentes que anunciavam o desaparecimento dos quilombos eram as mesmas interessadas na apropriação dos seus recursos territoriais. Não tardou para iniciar uma verdadeira luta hermenêutica acerca dos direitos dos quilombolas do Baixo Amazonas (SILVA NETO, 2015), fazendo da identidade e territorialização negra objeto de intensas disputas.

Do mesmo modo que foram duramente reprimidos ao longo dos séculos anteriores, mas não aniquiladas, passou a ocorrer uma nova investida contra as populações negras, dessa vez com foco na exploração dos seus territórios. Estes mesmos territórios, no entanto, foram absorvendo novas dimensões e passaram a referir não apenas as terras que foram objeto dos quilombos coloniais, mas também aquelas terras de uso comum que passaram a desempenhar um marcador da identidade e mecanismo de reprodução cultural dessas populações.

O reconhecimento dos direitos territoriais desencadeou importantes processos na estrutura social da região e diversas comunidades negras passaram a experimentar processos de identificação coletiva,



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18: e257994 [2023]
**Dossiê Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.257994>

automeando-se remanescentes de quilombo, identidade que aos poucos foi objetivada em várias associações e movimentos sociais, como é o caso da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Oriximiná (ARQMO), criada em 1989, e da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS), criada em 2006.

Embora o termo “remanescente de quilombo” não fosse uma designação de uso cotidiano das comunidades negras do Baixo Amazonas e, particularmente em Santarém, sendo mais comum chamarem-se de preto, moreno e “os antigos”, a partir dos direitos territoriais instituídos na Constituição de 1988, essa nomeação tornou-se cada vez mais utilizada entre os comunitários.

De igual forma, o termo “quilombo” não constituía uma atribuição usual das áreas tradicionalmente ocupadas pelas populações negras, as quais eram normalmente chamadas de comunidades. A mudança de designação de suas terras, provocada pelo texto constitucional, entretanto, não parece ter produzido conflitos e divisões entre esses grupos que, ao contrário, apropriaram-se estrategicamente dessa categoria e produziram ações que favoreceram a identificação de grupos negros, fato que desencadeou demandas de regularização fundiária e de acesso a direitos diferenciados, como saúde e educação (SILVA NETO, 2015).

Em suma, este artigo busca identificar os momentos mais significativos e compreender o desenvolvimento do movimento quilombola no período recente no Baixo Amazonas, afim de construir uma narrativa coesa sobre as dinâmicas e lutas do movimento quilombola na região.

Expansão do grande capital sobre as comunidades rurais negras do Baixo Amazonas, Pará

A partir de meados dos anos de 1960, a Amazônia foi integrada ao projeto de desenvolvimento dos governos militares e passou a ser tratada como área de segurança nacional. No fundo, as políticas implementadas na região buscavam explorar os recursos naturais e incentivar a expansão de fronteiras econômicas. Isso pressupunha maior controle dos rios e florestas e a remoção dos sujeitos tidos como “entraves” ao progresso.

Por meio de vultuosos investimentos estatais, concessão de crédito subsidiado e isenção fiscal, as empresas privadas, numa velocidade

surpreendente, apropriaram-se de grandes extensões de terra e passaram a coordenar grandes projetos pecuaristas e de extração mineral. Essa modalidade de uso e exploração da terra chocou-se com a existência de populações tradicionais que habitavam os interiores da floresta.

O projeto de exploração mineral no Baixo Amazonas foi intensificado no final dos anos 1970 com a instalação dos empreendimentos da Mineração Rio do Norte (MRN) e da Aluminium Company of America (ALCOA). A presença da MRN, em particular, produziu grande tensão e insegurança para as comunidades negras da região do Trombetas. A empresa procurou apresentar um programa de pleno otimismo, baseada nas fórmulas discursivas do desenvolvimento e do progresso. Comerciantes e políticos tradicionais apoiaram prontamente o empreendimento, alegando que o mesmo dinamizaria a economia regional.

A presença da MRN, no entanto, não desenvolveu a região como diziam os políticos tradicionais, tão pouco trouxe benefícios para a população local. Em vez disso, a paisagem natural cedeu lugar à construção de grandes canteiros de obras, com guindastes mecânicos que despejam a bauxita diretamente nos porões dos navios cargueiros. Os rios foram invadidos por grandes navios, que fazem das canoas, cascos e pequenas embarcações, minúsculos corpos que passam inexpressivamente ao seu lado; no meio da noite, as luzes dos portos impressionam pelas cores fortes ao ambiente natural (ACEVEDO; CASTRO, 1993, p. 187).

Essas mudanças na paisagem, o contraste entre a natureza e o enclave econômico, expressam um dos modelos de desenvolvimento mais atrasados e obtusos da contemporaneidade: aquele que cava buracos, retira as riquezas e, em seu lugar, deixa enormes prejuízos sociais e ambientais.

Inaugurou-se com a instalação da MRN um movimento acelerado de cerco às terras ancestrais. Isso ficou expresso no cadastro que a empresa realizou junto aos moradores. No meio dos novos registros e classificações, persistia a negação da ocupação anterior do território, como se esse fosse sempre um espaço vazio, processo que engendrou uma “invisibilidade expropriadora”, como denominaram Rosa Acevedo e Edna Castro (1993, p. 190).

Subjacente a essa ideia, estava a concepção de que a empresa possuía plenos direitos para subverter as regras sociais e os hábitos da presença étnica negra na região. A partir do cadastro, que nem mesmo os

moradores sabiam direito o que era, a empresa diferenciava os grupos e definia quem podia ter acesso ou não a determinados espaços e serviços: as crianças eram distinguidas entre aqueles que poderiam ou não acessar às escolas do Porto Trombetas; os doentes, entre aqueles que poderiam ou não ter acesso ao hospital da companhia; as famílias, entre aquelas que poderiam ou não comprar no supermercado etc. Além de ser um elemento simbólico, o cadastro foi a síntese da apropriação do espaço, pois subverteu os laços sociais e impôs o domínio da lógica empresarial sobre hábitos e práticas das comunidades negras (ACEVEDO; CASTRO, 1993, p. 191).

A abertura de novas fronteiras econômicas, por onde os recursos naturais se tornaram o foco central para a exploração acelerada, remodelou não apenas as relações sociais e econômicas, mas também produziu novos entendimentos sobre a política ambiental, criando áreas de reservas e regulamentações destinadas a disciplinar o acesso e o controle dos recursos florestais.

As mudanças na legislação ambiental buscavam dialogar com as pressões dos movimentos ambientalistas internacionais, que, diante de “décadas de destruição acelerada”, acusavam o governo brasileiro de destruir a Amazônia. Os militares, para manter seus interesses, sem, no entanto, confrontar a opinião pública internacional, produziram um conjunto de programas e dispositivos para manter preservadas grandes extensões de floresta. Sob um discurso “preservacionista”, essas políticas acabaram servindo para assegurar o interesse de grandes empresas mineradoras e madeireiras, pois removeram populações inteiras de seus territórios e asseguram o monopólio de exploração dessas áreas a determinados grupos econômicos.

No município de Oriximiná, no Baixo Amazonas, houve o deslocamento forçado de inúmeras comunidades negras, motivado pela sobreposição dos limites das reservas ambientais. A primeira destas reservas, a Reserva Biológica Trombetas (Rebio Trombetas) foi criada em 1979 na margem esquerda do rio Trombetas e se configurou como um tipo de reserva restritiva em termos de conservação dos recursos naturais. Por este motivo, as famílias que residiam ou extraíam os produtos da floresta foram removidas e proibidas de acessá-la. Com isso, as comunidades negras foram interditadas de acessar rios, lagos e castanhais, além de não poderem mais colher frutos e extrair madeira. Esses elementos, em seu conjunto, constituíam –e constituem– a fonte primária de subsistência e renda dessas comunidades.

Dez anos mais tarde, em 1989, na margem direita do rio Trombetas, foi criada a Floresta Nacional de Saracá-Taquera, com uma área de 429.600 hectares, compreendendo os municípios de Oriximiná, Terra Santa e Faro. De maneira contraintuitiva, a criação dessas unidades de conservação viria a favorecer interesses da mineração, ao mesmo tempo que buscava neutralizar as demandas de povos indígenas e quilombolas pelo controle do seu território (IORES, 2014; NEPOMUCENO, 2021).

Nesse sentido, é importante frisar que, naquela época, o pretexto das Unidades de Conservação não significava afastar a devastação e destruição do ecossistema, a exemplo das centenas de hectares desmatados para construir as instalações industriais e urbanas do Porto Trombetas, uma cidade planejada exclusivamente para abrigar os funcionários da MRN, mas dava-se, sobretudo, pela tentativa de remover a complexidade étnica desses territórios, fato que dificultava o controle de rios e florestas.

Prova disso, foram as perseguições que os grupos negros passaram a sofrer, marcadas pela violência e expropriação de seus territórios, com a entrada de policiais nas comunidades negras exigindo sua imediata retirada. Rosa Acevedo e Edna Castro (1993, p. 205) relatam que este momento traumático é lembrado pelas imagens de crianças chorando e de mães e esposas implorando para seus maridos cumprirem a ordem judicial, temendo prisões e mortes. Com muita truculência, os policiais federais, num cenário de guerra, removeram à força todas as pessoas que haviam nascido e crescido naquelas terras. Esta ação autoritária, típica das práticas dos governos militares, foi totalmente silenciada pelo conjunto da sociedade, que viu com bons olhos a criação dessas reservas.

Esse conjunto de políticas ambientais e econômicas trouxe uma nova realidade para as pessoas da região. Elas não mais controlavam seus territórios segundo relações historicamente constituídas, pois, sob o status de reservas federais, era o Estado que passaria a definir as leis que regulamentariam a ocupação e o acesso e a exploração de recursos naturais. Tal intervenção direta do Estado redefiniu fronteiras territoriais, assim como direitos e meios para sua apropriação, com uma disposição evidentemente contrária aos interesses das comunidades e grupos locais (IORES, 2014, p. 43).

Desse modo, a destinação de grandes áreas para estabelecimento de reservas ambientais, com características administrativas similares e centralizadas, refletia um mecanismo do Estado para simplificar e

homogeneizar as relações sociais consideradas complexas e facilitar a execução do projeto de modernização para a região (IORES, 2014, p. 55). Assim, sem confrontar diretamente os grupos ambientalistas, foi construído um instrumento sofisticado para exercer o controle e a governança de vastas áreas de floresta por toda a Amazônia.

Essa política assentava-se na invisibilização das comunidades negras rurais, que até então eram sistematicamente representadas de forma deturpada através de estereótipos que descaracterizavam suas organizações sociais e as excluía dos benefícios das políticas de desenvolvimento local.

Esta invisibilidade estava profundamente enraizada na imagem da Amazônia projetada como um espaço natural no qual a sociedade seria “intrusiva” (NUGENT, 1993). Como destaca Evirges Iores (2014, p. 47), tal visão seria resultado da forma como a Amazônia tem sido retratada pelo Ocidente, “como um universo em que a sociedade se encontra continuamente subordinada à natureza, enquanto espera pela intervenção externa e decisiva para domesticá-la e substituir as suas relações sociais consideradas patológicas”.

Nesse sentido, tanto para os ambientalistas quanto para os agentes econômicos capitalizados, essas pessoas sempre foram objeto de interesse marginal, permanecendo fora das suas agendas. Até meados dos anos 1980, na perspectiva dos ambientalistas, as comunidades negras, por serem vulneráveis ao grande capital, eram consideradas incapazes de gerir a floresta. Por sua vez, na perspectiva dos grandes grupos econômicos, essas populações eram consideradas barreiras ao progresso.

A floresta deveria ser apartada de quaisquer grupos humanos. Foi por esta vereda que a Amazônia se tornou o centro das atenções nacionais e internacionais, sobretudo de setores ambientalistas, além de órgãos estatais e agências multilaterais. Tomando como eixo essa perspectiva, não estranha que a remoção compulsória de comunidades inteiras de seus territórios fosse naturalmente aceita como uma estratégia de retirada de “entraves” para melhor controle dos recursos naturais.

O movimento quilombola no Baixo Amazonas

A resistência comunitária e o processo de reorganização política das comunidades negras do Baixo Amazonas impactaram diretamente não



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18: e257994 [2023]
**Dossiê *Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação***
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.257994>

somente as percepções e discursos acerca de sua existência, mas mostrou que suas identidades e presenças são fundamentais para a manutenção da floresta em pé, contrapondo-se à lógica privatista das fronteiras econômicas e “preservacionista” de grupos ambientalistas.

Esse movimento ganhou envergadura quando as iniciativas dos nativos convergiram com as iniciativas de organizações da sociedade civil, Igreja Católica e movimento negro no Pará. Desta forma, a luta das comunidades negras para permanecer em seus territórios progressivamente foi se transformando no movimento quilombola do Baixo Amazonas da maneira como o conhecemos hoje.

Aos poucos ficava evidente para os comunitários que para permanecer em seus territórios, seria preciso levar adiante a luta dos seus antepassados. Isso remontava a memórias de luta e sofrimento. A escravidão, por exemplo, era evocada como “tempo das candeias”, em alusão à forma como os senhores da região infligiam antigamente aos escravos, derramando óleo em suas mãos, juntada em forma de concha, e alumando nelas o pavio para servir de candeeiro. O reflexo de abrir as mãos, à medida que o óleo ia esquentando, era castigado com mais severidade (ACEVEDO; CASTRO, 1993, p. 2010). Sujeição desavergonhada. Outras memórias evocavam o “tempo das cheias”, o “tempos das festas”, “o tempo das castanhas” e os movimentos de subida das águas bravas. Essas memórias foram fundamentais para dar sentido às mobilizações e à coesão social ao movimento quilombola.

No primeiro momento, para contrapor o interesse das fronteiras econômicas, os comunitários contaram com o apoio e incentivo de parte de agentes da Igreja Católica local, como a Prelazia de Óbidos e os Missionários do Verbo Divino da Paróquia de Oriximiná (ARENZ, 2018). O primeiro verbita a visitar sistematicamente as comunidades quilombolas foi o padre Patrício Brennan.

Como destaca Karl Arenz (2018), o referido padre costumava viajar de duas à três semanas no barco-motor da Paróquia, varando do Alto Trombetas até Erepecuru, visando garantir pelo menos três visitas por ano em cada comunidade. Uma prioridade dessas visitas era incentivar o trabalho das lideranças comunitárias, não só no que diz respeito a sua atuação catequética, mas também social e humanitária.

Para a equipe pastoral da Paróquia, a escolha de coordenadores ou catequistas foi fundamental, pois permitiu desenvolver a formação continuada

dessas lideranças, dentre as quais, muitas mulheres. Desde a chegada dos verbitas em Oriximiná, liderados pelos padres Brennan e, mais tarde, José Cortes, a Paróquia passou a organizar dois grandes encontros anuais, de três a quatro dias, para discutir as demandas territoriais das comunidades quilombolas. Estes encontros produziram maior coesão na organização política das comunidades quilombolas.

Somado a isto, desde os anos 1980, com a criação dos Encontros de Raízes Negras, muitas lideranças iniciaram um novo momento de discussão sobre a questão racial no Pará que, integrados ao movimento nacional em defesa de direitos, trouxeram à tona questões importantes para a agenda da Constituição de 1988. O quilombo encarnava uma referência fundamental de luta para o movimento negro e essa ideia se tornou ainda mais evidente quando os grupos urbanos passaram a valorizar e reconhecer parentes em várias comunidades negras rurais dispersas pela região. A partir de então, a relação entre movimento urbano e rural estreitou-se cada vez mais.

O primeiro Encontro de Raízes Negras ocorreu em 1988, no quilombo de Pacoval, no município de Alenquer. O Encontro foi organizado pela Associação Cultural Obidense (ACOB), tendo à frente a professora Idalina Marinho Azevedo, com o apoio do Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA). Diante do sucesso do evento, que motivou as comunidades negras rurais a levar adiante a luta pelo território, os encontros “Raízes Negras” passaram a ser anuais e se tornaram fóruns permanente de mobilização.

Os comunitários negros de diversos municípios do Baixo Amazonas passaram a formar o entendimento da necessidade de recuperar e demandar o direito de permanência em seus territórios a partir de suas especificidades de territorialidade e etnicidade. Em Oriximiná, este acúmulo político foi incorporado nas discussões sobre os impactos da mineração e a possível construção da barragem de Cachoeira Porteira.

Depois de muitos embates, foi realizada a primeira audiência pública da história do Pará para discutir os impactos socioambientais de um grande projeto. Esta audiência, solicitada pelo CEDENPA, possibilitou o encontro entre representantes do movimento negro urbano e os quilombolas daquela região, permitindo o começo das discussões sobre a implementação do artigo 68 do ADCT. Este marco de mobilização despertou uma nova consciência sobre os direitos territoriais das comunidades negras (TRECANNI, 2006, p. 261).

Logo se tornou evidente que o movimento quilombola possuía grande fôlego e capacidade organizativa. Nas reuniões, rodas de conversas e grupo de trabalho era evidente a efervescência do clima político. Os comunitários passaram a construir representações políticas próprias e, em 1989, foi criada a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO, congregando 28 comunidades distribuídas numa área de 665 mil hectares.

A ARQMO constituiu-se como uma importante interlocutora perante as diversas instâncias governamentais e logrou consideráveis avanços no reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas. Como destaca Luciana Carvalho (2015, p. 72), com uma organização própria, os quilombolas puderam conhecer melhor e acessar direitos e políticas públicas visando a permanência nos territórios que ocupavam. Diante do acúmulo de décadas de lutas sociais, a ARQMO amplificou as demandas territoriais das comunidades negras, incentivou mobilizações e deu maior coesão à identidade quilombola enunciada pelos comunitários.

Poucos meses depois de criada, em dezembro de 1989, as lideranças da ARQMO, acompanhadas de representantes da Paróquia de Oriximiná e da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI), viajaram para Brasília para reivindicar a titulação de suas terras. Foram sete anos de grande mobilização e pressão social até a obtenção da primeira titulação de uma comunidade remanescente de quilombo no Brasil, em 1995, o quilombo de Boa Vista, seguido da titulação da Terra Quilombola de Água Fria, em 1996, Terra Quilombola Trombetas, em 1997, Terra Quilombola Erepecuru, em 1998 e 2003, e a titulação parcial da Terra Quilombola Alto Trombetas, em 2003 (ANDRADE, 2015, p. 196).

Atualmente (abril de 2022), segundo o INCRA, os territórios regularizados em Oriximiná, representam 51% da dimensão total titulada no Brasil em nome das comunidades quilombolas. Existem ainda 15 comunidades que aguardam pela titulação de suas terras nas regiões do Alto Trombetas, Alto Trombetas 2, Ariramba e Cachoeira Porteira, todos incidentes em Unidades de Conservação (ANDRADE, 2015, p. 196).

Essas conquistas foram fundamentais para elevar a autoestima dos quilombolas e incentivou a mobilização social em outras comunidades da região. Esse registro reverberou para outros municípios do Baixo Amazonas, que já vinham se organizando em associações comunitárias próprias, e empreendendo luta pela garantia de seus direitos territoriais. É nesse contexto



que se observa a articulação e estruturação do movimento quilombola em Santarém.

Movimento quilombola em Santarém

As experiências da região de Trombetas, no município de Oriximiná, com a organização da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Oriximiná (ARQMO), em 1989, e a divulgação das primeiras titulações de terras de quilombo, a partir de 1995, alimentou expectativas em outras comunidades de que suas terras também poderiam ser tituladas, o que deu um sentido renovado à luta e permanência em terras ancestrais.

Somado a isso, os Encontros Raízes Negras e o contato com as lideranças quilombolas que passaram a se destacar na região, possibilitou o compartilhamento de experiências e alimentou a autoestima dos comunitários para também levar adiante a luta pelo reconhecimento de suas histórias, tradição e território.

Em crescente mobilização, em 1995, realizou-se, em Belém, o I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Pará que começou a desenhar uma cartografia social dos quilombos do estado. A partir de então, tornaram-se mais evidentes e mensuráveis os conflitos que se abatiam sobre os quilombos dos Baixo Amazonas. Dileudo Guimarães, liderança do movimento em Santarém, refere-se a esse encontro como um momento importante na luta pelo reconhecimento quilombola no município. Na ocasião, mobilizados pelo sr. Elias Vasconcelos - este nascido no Arapemã, mas residente em Santarém-, participaram representantes das comunidades de Tinguá, Murumuru, Murumurutuba, Bom Jardim, Saracura e Arapemã.

Ao retornarem de Belém, os comunitários procuraram repassar os debates realizados no evento e discutiram amplamente os direitos territoriais em todas as comunidades remanescentes de quilombo de Santarém. Esse processo mostrou-se tortuoso, pois além de reconstruir a identidade quilombola no tempo presente, foi preciso ressignificar a imagem estigmatizada do negro e da escravidão. A partir de muitos debates, encontros e formações políticas, os negros e negras de Santarém progressivamente foram tomando consciência da importância de se organizar em associações quilombolas.

No entanto, não obstante as dificuldades em pensar e reelaborar suas identidades, os comunitários tiveram ainda que enfrentar grupos políticos locais



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18: e257994 [2023]
**Dossiê *Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação***
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.257994>

que negavam suas identidades e direitos. Os fazendeiros que possuíam terras contíguas ou sobrepostas às áreas demandadas pelos quilombolas, logo se organizaram de forma contrária a mobilização dos comunitários. Este foi um período tenso, particularmente para as lideranças, que passaram a ser perseguidas e ameaçadas de morte. Em uma inversão de discurso, os fazendeiros diziam que os “falsos quilombolas” queriam tomar suas terras.

Frente às investidas dos grandes proprietários, pairou sobre o movimento certo receio, pois temiam serem mortos em emboscadas. São inúmeros os relatos que rememoram esse período de tensão. Seu Jonas Pereira Mota, conta que as primeiras reuniões na comunidade de Murumuru eram escondidas, pois os fazendeiros fizeram forte campanha contra “os falsos quilombolas”. Seu Dileudo Guimarães, no quilombo de Bom Jardim, conta que chegou a ser perseguido no caminho de sua roça.

Como estratégia de defesa de suas vidas, houve um recuo tático no movimento que aos poucos foi sendo contornado com o diálogo e mobilização em outras frentes políticas. Em julho de 1997, como já assinado anteriormente, o governo do Pará criou um Grupo de Trabalho (GT) formado por representantes do ITERPA, SECTAM, SECULT, SAGRI, ARQMO, CEDEMPA, CPT e FETAGRI.

Como destacam Rosa Acevedo e Edna Castro (1999, p.74): “o grupo identificou como necessidade promover estudos e apresentar propostas de solução às questões relacionadas com a regularização definitiva de áreas abrangidas pelas comunidades remanescentes de quilombo do Estado”. Este organismo mostrou-se estratégico para detalhar as demandas territoriais e pressionar o governo por diligências e respostas concretas.

À medida que progrediam as discussões sobre a construção de uma cartografia social do Baixo Amazonas, avançavam as demandas pela titulação de terras quilombolas. Em Santarém, as comunidades de Arapemã e Saracura foram as primeiras a organizar associações e solicitar junto à Fundação Cultural Palmares as Certidões de Autorreconhecimento. Esse fato motivou a comunidade de Bom Jardim a enfrentar a campanha de ameaças levada a cabo por grandes proprietários e retomar a discussão sobre a identidade e direitos territoriais.

Em 1999, a ARQMO promoveu na comunidade de Saracura um evento de articulação das comunidades negras de Santarém, denominado de 8º Encontro de Raízes Negras, como tema “Da mãe África à Mãe Amazônia”. Este

foi um marco importante no processo de tomada de consciência das comunidades quilombolas na região, pois se constituiu um momento de organização e mobilização efetiva da territorialização dos quilombos.

Tendo em vista os vários fatores já mencionados, o Encontro em Saracura possibilitou que outras comunidades negras rurais de Santarém repensassem sua posição diante do movimento, afirmando que “não podiam ficar de fora”. E, dessa forma, iniciou-se a mobilização da comunidade através de reuniões e estudos. É expressivo nesse sentido o discurso de dona Deusarina que afirma que nessa época “veio as cartilhas pra gente lê, como era pra fazer a associação, como reivindicar a documentação” (FIGUEIRA, 2011, p. 145).

Formou-se, assim, um campo político articulado entre as comunidades que, além de motivar e valorizar a cultura negra, contribuiu para melhor compreender os processos políticos que envolviam a questão quilombola. De fato, a burocracia e a linguagem jurídica tiveram que ser paulatinamente apropriadas por aquelas pessoas humildes. Elas se mostraram muito atentas aos meandros do texto constitucional e souberam não apenas informar aos outros comunitários, mas disputar os sentidos ambíguos não resolvidos no corpo da legislação. Por outro lado, na campanha de contra informação, circulavam notícias falsas, afirmando que “quilombola não se aposentava” e “não poderia se matricular nos programas sociais do governo”, narrativas que foram aos poucos sendo desmentidas.

Em 2002, dando continuidade a esse fórum, no Quilombo de Pacoval, município de Alenquer, aconteceu o 9º Encontro de Raízes Negras, do qual participaram as comunidades de Saracura, Arapemã, Bom jardim e Murumurutuba. Ao retornarem a Santarém, com assessoria da ARQMO, as lideranças começaram a trabalhar na organização formal das associações comunitárias quilombolas no município. No final do mesmo ano, as comunidades de Murumuru e Tiningu somam-se à luta e se reconheceram como quilombos.

Neste mesmo período, intensificou-se a expansão da fronteira agrícola sobre a Amazônia com impactos diretos na estrutura fundiária e econômica de Santarém e municípios vizinhos. Atraídos pelos baixos preços das terras e a possibilidade de negócios com construção do porto graneleiro da empresa multinacional CARGIL, em 2002, os produtores de grãos e pecuaristas avançaram sobre as terras quilombolas - e de pequenos produtores em geral - e produziram grandes conflitos sociais. Esse processo acelerou a concentração

fundiária e os territórios indígenas e quilombolas começaram a ser intensamente disputados.

Diante do acirramento dos conflitos territoriais, as mobilizações do movimento quilombola na região se intensificaram. O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR), dos quais muitos quilombolas fazem parte, construiu uma forte campanha para os comunitários “não abrirem mão de suas terras”.

Mobilizados e na ofensiva contra “os sojeiros”, em 2003, foi realizado no quilombo de Murumurutuba, o I Encontro das Comunidades Negras de Santarém, com a adesão de mais duas comunidades ao movimento: a comunidade Vista Alegre do Ituí e a Comunidade Passagem, esta última pertencente ao município de Monte Alegre (INCRA, 2008, p. 35).

No mesmo ano foi criada a Comissão de Articulação das Comunidades Quilombolas de Santarém. Na ocasião, foi solicitado à ARQMO para participar da reunião com o representante das seis comunidades que até então haviam se autodeclarado como quilombolas. Com o acompanhamento da ARQMO, foi encaminhada uma agenda de visitas às comunidades para esclarecer as dúvidas sobre o Art. 68 da Constituição e do recém publicado Decreto 4.887/2003 que o regulamentava, além de socializar a experiência de titulação dos quilombos de Oriximiná (INCRA, 2008, p. 35).

Em 2005, aconteceu no quilombo de Bom Jardim um evento em comemoração ao Dia da Consciência Negra, no qual os comunitários apresentaram rodas de capoeira, danças regionais, como o carimbó e o lundum, comidas típicas, músicas e poesias que valorizavam a cultura negra. Foi nessa ocasião que apareceu pela primeira vez entre os comunitários, o ativista negro e frade franciscano Alex Assunção, que passou a acompanhar e assessorar a organização das comunidades quilombolas de Santarém.

Com o apoio da Igreja, foi criado, em 2005, o Serviço Afro-Amazônico de Solidariedade (SARA), uma entidade jurídica - constituída como ONG - que tinha como um de seus objetivos assessorar os movimentos negros de Santarém, inclusive as comunidades quilombolas, e foi coordenada pelo Frei Alex e a vereadora Odete Costa (PT).

Dileudo Guimarães conta que a criação da SARA, além de garantir assessoria jurídica, permitiu ao movimento avançar em outras frentes, como na formulação de projetos para captação de recursos para saúde, educação e infraestrutura nos quilombos. Entretanto, ao centralizar os recursos financeiros

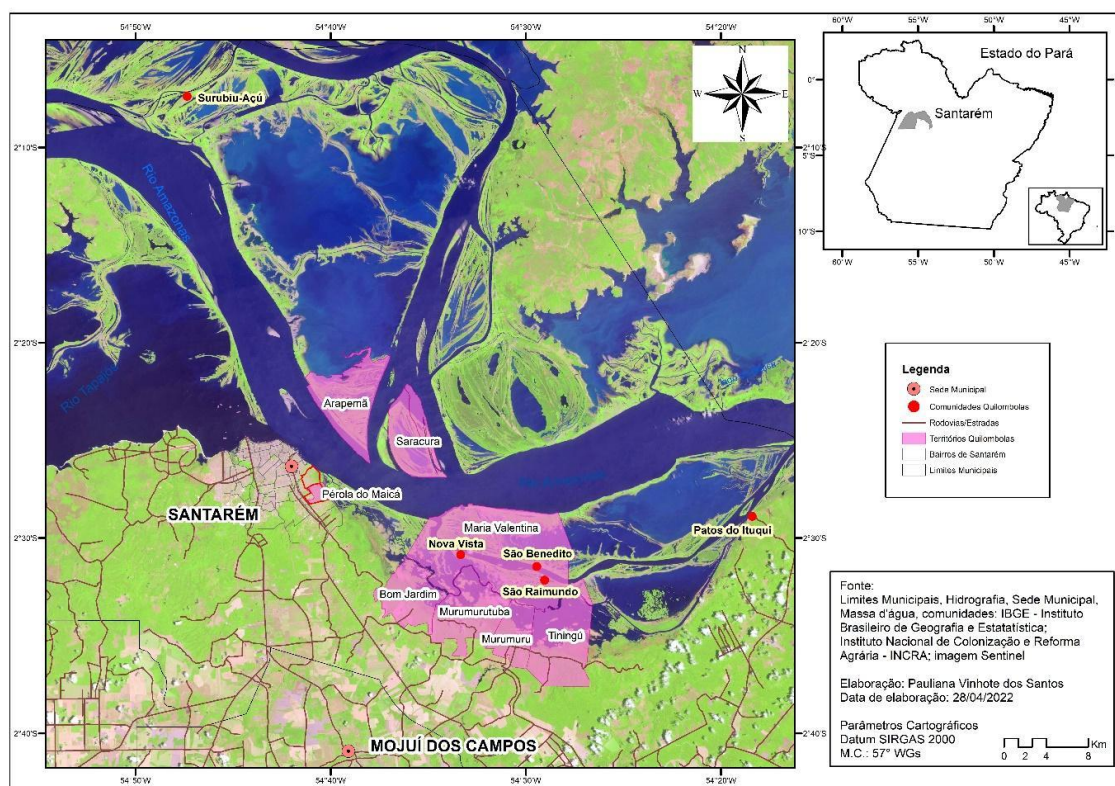
e restringir a participação comunitária, as lideranças quilombolas se ressentiram com a direção da SARA e passaram a refletir sobre a possibilidade de construir outra entidade, dessa vez mais abrangente, e que permitisse acompanhar em conjunto o processo de titulação dos quilombos no município.

Assim, em outubro de 2006, foi criada a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS), entidade que passou representar jurídica e politicamente as comunidades quilombolas em Santarém. A partir de então, as organizações de cada quilombo, em parceria com a FOQS, passaram a mobilizar e articular as ações políticas frente à sociedade civil e ao Estado brasileiro. Atualmente são filiados à FOQS os quilombos de Bom jardim, Saracura, Arapemã, Murumuru, Murumurutuba, Tiningu, Nova Vista, São Raimundo, São José, Maicá e, mais recentemente, a comunidade de Surubiu-Açu.

A FOQS formalizou o vínculo político das comunidades de Santarém. Desde então, as comunidades passaram a se mobilizar para a titulação dos seus territórios. Com uma estrutura autônoma, os comunitários passaram a coordenar ações de formação nas comunidades. As novas lideranças integraram-se ao processo. Seguiu-se, desta forma, um intenso calendário de reuniões, encontros e formações, assim como os comunitários estavam juridicamente respaldados para acompanhar suas demandas fundiárias junto aos órgãos competentes.

Embora desde a primeira metade dos anos 2000 tenham sido produzidos os primeiros relatórios antropológicos dos quilombos de Santarém - Saracura (2004), Arapemã (2007) e Bom Jardim (2008), foi em 2011, no âmbito do Projeto de Delimitação e Identificação dos Territórios Quilombolas do Oeste do Pará, indicados pelo INCRA e articulados pela FOQS, que mais cinco relatórios antropológicos foram realizados (Murumuru, Murumurutuba, Tiningu, Território Maria Valentina e Pérola do Maicá).

Figura 1: Quilombos de Santarém



Fonte: elaboração própria

Estes relatórios constituem a fase inicial do processo administrativo para identificação, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombo, conforme consta nas Instruções Normativas do INCRA, as quais fazem uso de vários fundamentos legais, tais como o artigo 68 do ADCT/CF 1988, artigos 215 e 216 da CF 1988, Decreto nº 4.887 (20/11/2003) e Convenção 169 da OIT.

Esse percurso é expressão de uma longa luta pela garantia de direitos e liberdade. Essas comunidades compartilham uma história em comum que articula seus modos de vida, saberes locais e relações de parentesco. Seus territórios compreendem as áreas de várzea e terra firme que se estendem do

rio Amazonas, passando pelo lago do Maicá até alcançar a região de planalto na rodovia Santarém Curuá-Una (PA 370).

Hoje, os territórios de todas essas comunidades encontram-se ameaçados pela construção de um grande porto graneleiro que objetiva escoar a produção de minério e soja. O lago do Maicá, região visada para construção do empreendimento, possui elevada complexidade ambiental e social e, embora apresente um ecossistema extremamente rico, sustenta-se por um tênue equilíbrio ecológico devido às dinâmicas de terras caídas, formação de ilhas e abertura de furos nos rios. A construção do porto representa um perigo à efetivação dos direitos territoriais dessas populações. Como já expresso no processo de construção do porto graneleiro da CARGIL, em 2002, empreendimentos desse tipo produzem intensos conflitos agrários e sociais, com impacto direto sobre os territórios desses povos.

Em estudo apresentado à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMA), em 2013, a Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMBRAPS), consórcio responsável pelo empreendimento, afirmou “não ter sido encontrado a existência de populações tradicionais legalmente reconhecidas na área”. Como informa Dileudo Guimarães, nenhuma comunidade quilombola do município foi consultada. Em entrevista à Revista Radis (STEVANIN, 2019), o líder quilombola enfatizou que “a comunidade tem que saber o que se pretende fazer dentro dela. Quem vive aqui no quilombo é quem sabe o que é bom para nós e o que não é”.

As demandas territoriais, à medida que não são solucionados por parte do Estado, acabam produzindo novos e mais profundos conflitos. Por isso, destacou Dileudo (RADIS, 2019), “até hoje nós não temos nenhuma comunidade titulada. É um direito que está na Constituição, mas que ainda não saiu do papel”.

A construção do Porto do Maicá tornou-se uma ameaça efetiva aos direitos territoriais dos quilombolas que, como afirmou Dileudo, “ainda não saiu do papel”. Diante das inúmeras irregularidades que envolvem a construção do porto, como o descumprimento do direito à consulta livre e informada das comunidades, a FOQS levou o caso aos Ministérios Públicos Federal (MPF) e Estadual (MP-PA), que ingressaram com uma ação civil pública na Justiça pedindo a suspensão do licenciamento do complexo portuário. Em abril de 2016, a Justiça Federal concedeu liminar que suspendeu a obra até que fosse promovida Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) às comunidades quilombolas e povos tradicionais da região.

Na contramão da decisão da Justiça de ouvir as comunidades, e desrespeitando um longo debate coletivo, a Câmara Municipal de Santarém e o prefeito Nélio Aguiar (DEM), assinaram, em dezembro de 2018, o novo Plano Diretor do município, que ignora a participação das comunidades tradicionais e converte a região do Maicá em área de exploração portuária (RARIS, 2019).

Em resposta a esses contínuos ataques aos seus direitos territoriais, os quilombos de Santarém decidiram se organizar e construir o chamado Protocolo de Consulta Quilombola, um documento que detalha como deve ser feita a consulta às comunidades. Este documento mostra, entre outras coisas, que a autonomia territorial é um direito inegociável e que os comunitários não aceitam a construção de qualquer empreendimento nos seus territórios sem a consulta prévia. O documento se amparou no direito à Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI), garantido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que o Brasil ratificou em 2002 e começou a vigorar em 2003.

A CLPI se sustenta no reconhecimento dos direitos fundamentais dos povos indígenas e quilombolas, que passam a ter o poder de decidir livremente sobre seus destinos na qualidade de sujeitos coletivos de direitos. Para fazer respeitar esse princípio, os estados devem observar a obrigatoriedade de consultar os povos afetados por medidas administrativas e legislativa capazes de alterar seus direitos (GARZÓN et al., 2016).

Remando contrário aos governos autoritários que querem suprimir sua autonomia territorial, os comunitários, numa ação emblemática, colocaram-se mais uma vez como sujeitos ativos para “retirar seus direitos do papel” e pô-los em prática.

Como o “caminho se faz caminhando”, os percursos, muitas vezes tortuosos, das comunidades quilombolas do Baixo Amazonas, representam a continuidade de uma longa luta que hoje passa pela tarefa de libertar a terra de suas correntes. As memórias históricas dos mais velhos dão conta de uma territorialidade que se atualiza nas novas gerações. Assim, ser quilombola, além de remontar a um passado de resistência, torna-se um significante (como aquilo que dá significado) para lutas presentes e futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



REVISTA
interterritórios

Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18: e257994 [2023]
**Dossiê *Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação***
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.257994>

Os povos quilombolas, opondo-se ao avanço do mundo branco, se reposicionaram e ressignificaram várias manifestações da chamada “cultura cabocla”. Com isso, demarcaram seus territórios e estabeleceram símbolos que desejam ver reconhecidos e respeitados. Dizem, assim, dar continuidade à luta dos seus ancestrais.

Por muito tempo, nos discursos citadinos, os quilombolas estiveram presentes no imaginário regional como sujeitos do passado. Esta ideia gozava de certa popularidade e serviu de base para os discursos de agentes que procuravam expropriar suas terras e desmobilizar o movimento quilombola que começou a ganhar força nas comunidades negras rurais a partir do final dos anos 1980.

De fato, embora se possa identificar esse marcador temporal, as suas presenças étnicas nunca estiveram realmente ocultas: se recusavam ser chamados de determinada forma e usavam outras nomeações, faziam-no como estratégia para evitar perseguições e dar continuidade às suas expressões religiosas e culturais.

No entanto, a partir do avanço de fronteiras econômicas sobre seus territórios, particularmente da mineração e da expansão da fronteira agrícola, essas comunidades passaram a ser reorganizar e se reconhecer como comunidades renascentes de quilombo e lutar, sobretudo, por direitos territoriais.

Em suma, o processo de reorganização do movimento quilombola na região do Baixo Amazonas e, particularmente, em Santarém, Pará, é evocativo de um movimento dinâmico e vivo que produziu profundas mudanças políticas na região.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa E.; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: guardiões das matas e rios**. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

ACEVEDO MARIN, Rosa E.; CASTRO, Edna. Mobilização política de comunidades negras rurais. **CADERNOS NAEA**, Vol. 2, nº 2 – dezembro de 1999.

ANDRADE, Luciana Mendonça Morato de. Quilombos em Oriximiná: desafios e propriedade coletiva. In. Org. GRUPIONI, D. F.; ANDRADE, M. M. **Entre águas bravas e mansas: índios e quilombolas em Oriximiná**. São Paulo: Comissão



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18: e257994 [2023]
**Dossiê Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.257994>

Pró-Índio de São Paulo, IEPÉ, 2015, p. 194-209.

ARENZ, Karl. O primeiro quilombo reconhecido: a comunidade Boa Vista e os Missionários do Verbo Divino no Alto Trombetas em Oriximiná, Pará, 1980-1995. **CANOA DO TEMPO** – Revista do Prog. de Pós-Graduação em História. Manaus, v.10 – n°2, dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.38047/rct.d4.pp.56.78>

CARVALHO, Luciana Mendonça de. Histórias, Memória, e Representações da Escravidão na Comunidade Quilombola de Ariramba. In. Org. GRUPIONI, D. F.; ANDRADE, M. M. **Entre águas bravas e mansas: índios e quilombolas em Oriximiná**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, IEPÉ, 2015, p. 62-83.

FIGUEIRA, Claudia Laurido. História de negros no Baixo Amazonas: Bom Jardim, estudo de caso de uma comunidade quilombola em busca da sua identidade (1996-2006). **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 3, n. 4, jan./jul. 2011.

GARZÓN, Viviany R.; YAMADA, E; OLIVEIRA, R. **Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais**. São Paulo: Rede Cooperação Amazônica; Washington: Due process of Law Foundation, 2016.

IORIS, Edviges Marta. **Uma floresta de disputas: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

INCRA. **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação territorial da comunidade remanescentes de quilombo de Bom Jardim**. Santarém-PA, 2008.

NEPOMUCENO, Ítala. **Floresta Nacional de Saracá-Taquera: a quem se destina? – conflitos entre uso tradicional e exploração empresarial**. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2021.

NUGENT, Stephen. **Amazonian Caboclo Society: An Essay on Invisibility and Peasant Economy**. London: Berg, 1993.

SILVA NETO, Nirson Medeiros da. Quilombolas do alto trombetas: da escravidão aos conflitos socioambientais contemporâneos. In. RIBEIRO, Cristina Figueiredo Terezo. **Observatório anual da rede amazônica de clínicas de direitos humanos**. Fortaleza (CE): RDS, 2015.

STEVANIN, Luiz Felipe. Quilombo Livre: na luta pelo direito à terra, gerações de quilombolas estão no alvo e na rota do agronegócio e de grandes empreendimentos. **Revista RADIS**, Brasília – DF, n° 200, maio de 2019.



Interterritórios | Revista de Educação
Universidade Federal de Pernambuco,
Caruaru, BRASIL | V.9 N.18: e257994 [2023]
**Dossiê Práxis decoloniais como expressões
de resistência, luta e transformação**
<https://doi.org/10.51359/2525-7668.2023.257994>

TRECANNI, Girolamo Domenico. **Terras de quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação**. Belém: Secretaria Executiva de Justiça, 2006. Versão digital: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Girolamo.pdf>

Submissão em 28 de março de 2023.
Aceite em 03 de julho de 2023.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative
Commons Atribuição 4.0
Internacional. Texto da Licença:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>